

A Revolução das Redes de Colaboração Solidária*

Euclides André Mance
15 de junho de 2005

Introdução

A organização de uma rede colaborativa que integre o conjunto das iniciativas de economia popular e solidária acompanhadas pelas comunidades salesianas pode resultar no fortalecimento e consolidação dessas iniciativas, difundindo alternativas consistentes de enfrentamento das causas geradoras da pobreza e da exclusão social.

O presente texto tem como um de seus objetivos fornecer elementos de reflexão sobre a organização de redes colaborativas. Nele refletiremos sobre como a economia solidária, enfrentando as causas estruturais que geram o empobrecimento de grande parte da humanidade, constitui-se em uma alternativa viável de geração de trabalho e renda frente à exclusão capitalista contemporânea; veremos como organizar redes que permitam a sustentação de empreendimentos solidários, conectando processos de consumo e de produção local sob demanda. Abordaremos a utilização da Internet no fortalecimento de redes de economia solidária, com atenção especial aos fluxos de comunicação, comercialização de produtos e serviços, intercâmbio tecnológico, capacitação e a articulação de redes, locais, nacionais e internacionais.

Na medida em que as redes locais de economia solidária cresçam e se interliguem nacionalmente e internacionalmente, dinamizando intercâmbios de produtos, insumos, valores econômicos e tecnologias sustentáveis, elas podem contribuir para dar origem a um novo modo de organizar a satisfação das necessidades humanas com base na colaboração solidária entre as pessoas e povos. Esse é um dos desafios da Revolução das Redes de Colaboração Solidária.

1. A Exclusão do Trabalho e do Consumo no Mundo Globalizado

Vivemos em um mundo em que cotidianamente cresce o número de excluídos ao passo em que a concentração da riqueza é cada vez maior. Conforme dados do relatório do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU intitulado *Consumo para o Desenvolvimento Humano*, publicado em 1998, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, "bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo"¹.

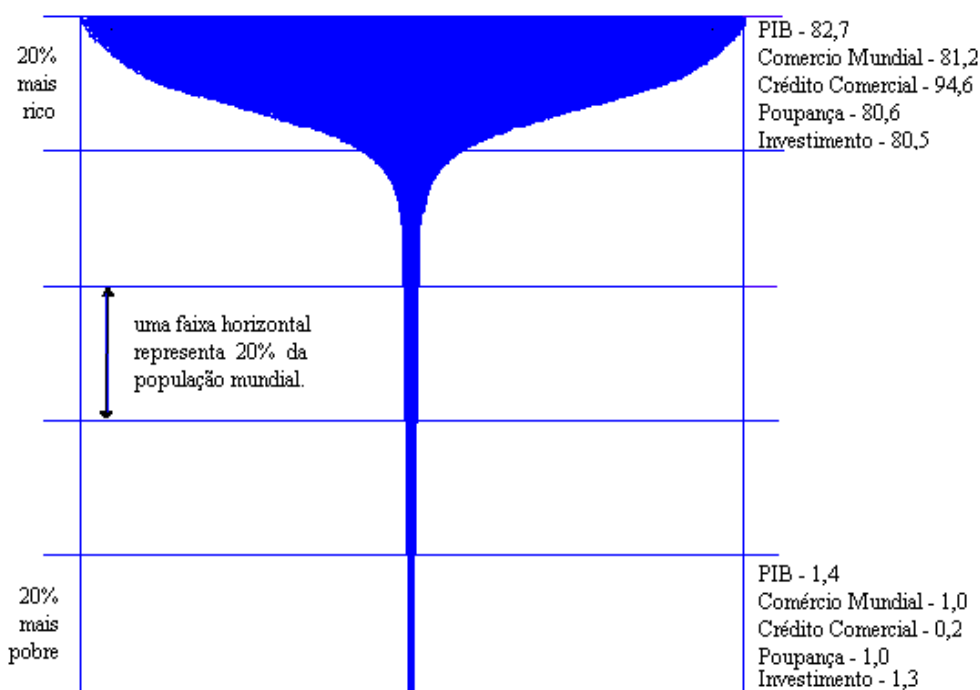
Por outro lado, as 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo ².

* Apresentado no Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 2005

¹ UNDP. Human Development Report 1989 - Changing today's consumption patterns - for tomorrow's human development - "Overview" <http://www.undp.org/undp/hdro/e98over.htm>

² "Os números da ONU" in Folha de São Paulo, 16 de jul 96, p. 1-8, São Paulo.

A desigualdade Econômica Global em 1989 - Faixas de 20% da população, segundo renda.



Fonte: UNDP³

2. Economia Solidária: Uma Alternativa Concreta para um Mundo Justo e Solidário.

Enfrentando essa realidade de injustiça estrutural surgiram diversas práticas de economia solidária que podem ser compreendidas como: a) *ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda*; b) como uma *compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas* voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades; c) como um *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social* pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais.

O seu *objetivo principal* é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Enfim, operam sob formas de colaboração solidária.

Quando consideramos a economia como um conjunto de relações sociais sob a perspectiva da colaboração solidária, pensamos primeiramente na melhor maneira de assegurar o bem-viver de todas as pessoas, trabalhando e consumindo de maneira colaborativa, gerindo responsabilmente os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente,

³ Fonte: VÁRIOS. *Cooperativa verso la Banca Ética*. Suplemento della Rivista Dell'Economia Solidale (1/97). Cooperativa CTM-MAG, Padova, 197, p.25

de modo justo e ecologicamente sustentável.

2.1 Práticas Bem-Sucedidas de Economia Solidária

Algumas dessas práticas econômicas bem-sucedidas são:

- *grupos de produção comunitária, cooperativas e associações de produção*, em que os trabalhadores buscam saídas coletivas para a sua situação de desemprego e para fortalecer sua pequena produção;
- *sistemas locais de intercâmbio*, que se valem de moedas sociais de circulação local criadas pelos grupos para facilitar a troca de produtos e serviços no interior dos próprios grupos e entre eles;
- *autogestão de empresas pelos trabalhadores*, com os trabalhadores assumindo a propriedade de empresas que haviam falido ou criando novas empresas, superando a subalternidade do trabalho frente ao capital, compartilhando de maneira justa os custos e os resultados do processo produtivo;
- *comércio solidário e comércio justo internacional*, em que os produtos elaborados por pequenos grupos são vendidos a um preço justo, seja na própria comunidade, seja através de redes internacionais de importação e exportação;
- *organizações de certificação e etiquetagem*, que atuam visando possibilitar aos consumidores identificar com facilidade os produtos e serviços da economia solidária a partir de selos que lhes são conferidos assegurando a sua qualidade social;
- *consumo crítico e solidário e grupos de aquisição solidária*, em que as pessoas selecionam os produtos e serviços considerando os impactos de seu consumo sobre as cadeias produtivas e sobre os ecossistemas e, ao comprar juntas, diretamente dos produtores ou em lojas e armazéns solidários, geram vantagens recíprocas tanto para si mesmas na condição de consumidores quanto para os próprios produtores pela prática do preço justo;
- *financiamento solidário*, tanto da produção quanto do consumo, como no caso dos Bancos do Povo ou Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito e Bancos Éticos;
- *economia de comunhão*, em que a empresa compartilha os lucros dando-lhes uma tripla destinação: reinvestimento na empresa, pagando justa remuneração aos trabalhadores; auxílio aos necessitados e difusão da cultura de comunhão;
- *difusão de softwares livres e tecnologias livres e sustentáveis*, viabilizando o acesso a tecnologias produtivas que podem ser apropriadas livremente na promoção do bem-viver das comunidades.

2.2 Redes de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável

O isolamento dessas diversas práticas bem-sucedidas fragilizava a sua expansão local e global. Por isso, nas últimas décadas, redes socioeconômicas começaram a ser organizadas, articulando processos colaborativos de financiamento, produção, comercialização, consumo e desenvolvimento tecnológico potencializando as práticas de economia solidária em seu

conjunto. No final dos anos 90, a integração solidária em sistemas de rede de todo esse acúmulo de práticas bem-sucedidas converteu a economia solidária em uma opção de desenvolvimento sustentável, centrada na geração de postos de trabalho e na distribuição de renda, em contraposição à lógica estrutural de concentração de riqueza e de exclusão social, típicas do capitalismo globalizado.

Os *critérios básicos* de participação nessas redes solidárias são os seguintes:

- não haver exploração do trabalho, expropriação no consumo ou dominação nos empreendimentos;
- preservar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis);
- compartilhar parcelas dos excedentes em fundos solidários, visando a expansão da própria rede com a criação de novos empreendimentos, com o aprimoramento da logística de distribuição e comercialização etc;
- operar sob autogestão, em espírito de cooperação e solidariedade.

Quando *redes* deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem-viver. Ao mesmo tempo, elas combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. E, igualmente, começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Assim, essas Redes Solidárias podem avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade pós-capitalista, pois na economia solidária a reprodução do valor econômico está centrada no trabalho e consumo solidários e não na concentração da riqueza. Vejamos como isso ocorre:

- a difusão do consumo solidário de produtos e serviços incrementa a produção;

- o incremento da produção gera novos postos de trabalho e amplia os excedentes compartilhados nos fundos solidários;

- a geração de postos de trabalho remunerados amplia a distribuição da riqueza produzida;

- a distribuição solidária da riqueza tanto incrementa o consumo solidário, graças à remuneração do trabalho, como também promove a criação de novos empreendimentos, graças à utilização dos fundos solidários para investimentos coletivos;

- a criação de novos empreendimentos e o aprimoramento dos empreendimentos já existentes geram produtos melhores e mais diversificados, bem como novos postos de trabalho;

- o reinvestimento coletivo dos excedentes compartilhados nos fundos solidários permite, com a montagem de novos empreendimentos e com a apropriação de novas tecnologias sustentáveis, reduzir progressivamente a jornada de trabalho de todos, elevar o tempo livre para o bem-viver e elevar o padrão de consumo solidário de cada pessoa.

Como esse círculo virtuoso se reproduz *ecologicamente*, assegura-se sustentavelmente a sua expansão até alcançar-se uma situação de equilíbrio dinâmico na garantia do bem-viver das coletividades que dele participam. Trata-se do *paradigma da abundância*, pois a economia solidária somente cresce na medida em que distribui a riqueza e quanto mais se compartilha a riqueza, melhor se assegura o bem-viver das pessoas.

A **viabilidade** desta alternativa de desenvolvimento socioeconômico depende, portanto:

- da difusão do consumo solidário,
- de reinvestimentos coletivos de excedentes,
- da colaboração solidária entre os participantes.

Na base desses três aspectos está o princípio ético de que *quanto mais se amplia o bem-viver de todos, mais se aprimora o bem-viver de cada qual*. Assim, a prática do *bem*, como princípio ético formal, e a proteção da *vida*, como princípio ético material, são reunidos no princípio ético dialógico do *bem-viver*, tomado como horizonte de realização humana na colaboração solidária entre as pessoas, promovendo-se as liberdades públicas e pessoais eticamente exercidas.

2.2.1 Economia Solidária e Solidariedade Econômica

Como vemos, a economia solidária possui duas dimensões indissociáveis em sua sustentabilidade: uma dimensão ética e uma dimensão econômica.

Sob o *aspecto ético*, trata-se de cultivar os valores da justiça, solidariedade, honestidade e respeito a cada pessoa, a ser acolhida em sua distinção, como ser humano, cuja dignidade está acima de qualquer coisa, portador do direito inalienável de realizar-se em plenitude. Trata-se, pois, de promover dialogicamente o bem-viver de cada qual e de toda a coletividade. E, justamente por isso, trata-se de praticar o consumo solidário, compartilhar excedentes em fundos solidários e preservar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, respeitando o direito das gerações futuras em desfrutar de um planeta ecologicamente equilibrado.

Mas não basta apenas boa-vontade e solidariedade para que a economia solidária possa florescer. Ela é igualmente uma *atividade econômica* e, como tal, requer um adequado tratamento dos fatores produtivos e de gestão empresarial, assegurando-se a qualidade dos produtos e serviços, ajustando-se adequadamente o custo e o preço das mercadorias, projetando-se corretamente o Plano de Negócio de cada empreendimento para que gere algum excedente a ser solidariamente compartilhado e se mantenha sustentavelmente, operando com uma boa logística de distribuição e comercialização, potencializando o consumo solidário.

A solidariedade econômica em estratégias de rede tem se mostrado a melhor forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade para os empreendimentos de economia solidária, considerando-se os fluxos econômicos que os permeiam e as cadeias produtivas em que estão integrados.

2.2.2 A importância do Consumo Solidário para a Sustentabilidade da Economia Solidária

Nessa estratégia de solidariedade econômica, uma ênfase importante recai, como vimos, sobre o *consumo*. Praticar solidariamente o consumo significa, em síntese, selecionar os bens e serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando: a) realizar o nosso livre bem-viver pessoal; b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram e comercializam aquele produto ou serviço; c) manter o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

De fato, o consumo é o momento final de um complexo processo de produção, comercialização e financiamento que envolve inúmeros fatores. Quando consumimos um produto, em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelos danos ao ecossistema, pois com nosso ato de compra contribuimos para que os responsáveis por essa opressão social e má-conduta ecológica possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente.

O ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político. Trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção, promovendo, pela prática do *consumo solidário*, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável.

Ao selecionar e consumir produtos da economia solidária, nós contribuimos para que o processo produtivo solidário encontre seu acabamento final e para que o valor econômico, por nós dispendido em tal consumo, realmente a produção solidária, que visa o bem-viver de todos que integram as redes como trabalhadores e consumidores.

Nas sociedades contemporâneas, todavia, podemos distinguir quatro tipos de consumo, praticados em níveis diversos: alienante, compulsório, para o bem viver e solidário.

O *consumo alienante* é aquele em que as pessoas buscam, nas mercadorias, qualidades que lhes são associadas pelas publicidades e modismos. Diversos desejos, anseios, angústias, medos, necessidades etc são acionados pelas publicidades, movendo as pessoas ao consumo de certos produtos, de certas marcas, que passam a ser considerados como a melhor opção para alcançar a felicidade e a realização pessoal. A acirrada disputa empresarial pelos mercados exige que a empresa, que difunde esse consumo, invista altas somas de capital na produção da subjetividade dos consumidores, visando movê-los à aquisição de produtos identificados com sua logomarca.

O *consumo compulsório*, por sua vez é praticado pelos pobres e excluídos, subempregados, desempregados e por aqueles que não dispõem de recursos para consumir os produtos de grife ou as marcas famosas e que buscam maximizar o poder de compra do seu pouco dinheiro. Nos casos mais dramáticos, as pessoas remexem as latas de lixo buscando comida, agasalhos e outros recursos. Em um segundo sentido, pode-se dizer que todas as classes sociais praticam, em alguma medida, o consumo compulsório. Pois toda vez que, em razão das circunstâncias, somos *obrigados* a consumir alguma coisa ou usufruir de algum serviço *independentemente de nossa vontade*, estamos praticando o consumo compulsório.

Já no caso do *consumo como mediação do bem-viver*, busca-se a satisfação das necessidades e desejos, peculiares à singularidade de cada pessoa, e o refinamento da sensibilidade possibilitado pelo consumo. As pessoas que o praticam não se deixam levar pelas propagandas. A prática deste consumo requer não apenas dispor de recursos que permitam a cada qual assegurar o seu bem-viver, como também a elaboração de critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se produtos e serviços, visando contribuir com a subjetivação de cada pessoa e a preservação dos ecossistemas. Este consumo, quando estamos em meio a uma sociedade em que existem excluídos, pode converter-se em consumo solidário.

O *consumo solidário* é praticado com o objetivo de contribuir-se socialmente para o bem-viver

de toda a coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa, impactando nos ecossistemas e na sociedade em geral. As escolhas de consumo realizadas por qualquer pessoa influenciam tanto na geração ou manutenção de postos de trabalho em uma dada sociedade (quando se consome os produtos nela elaborados), quanto na preservação de ecossistemas (quando se consome produtos de empresas que adotam a reciclagem de materiais, uso sustentável dos recursos e o combate à poluição), enfim, na promoção do bem estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta.

O consumo solidário ocorre quando consumimos ou usufruímos de bens e serviços que são elaborados ou comercializados de maneira solidária, seja participando o *consumo final* seja praticando o *consumo produtivo*. O *consumo final* é aquele em que o bem ou serviço encontrou acabamento, isto é, foi usufruído pelo consumidor na ponta da cadeia produtiva. O *consumo produtivo*, por sua vez, é aquele realizado com vistas a gerar algum outro bem ou serviço que pode ser posteriormente comercializado ou não. Assim, se alguém consome coalhada com mel no café da manhã, trata-se de consumo final. Mas se, em uma confeitaria, são utilizados mel e coalhada na produção de biscoitos e doces, tem-se então o consumo produtivo. O importante é que o consumo solidário seja praticado tanto no momento da produção (consumo produtivo) quanto do consumo final. Assim, se o consumo solidário se expande e se mais empreendimentos solidários são organizados com os recursos obtidos, ampliando igualmente o consumo solidário produtivo, vamos reorganizando as cadeias produtivas, expandindo um novo modo de produzir e compartilhar solidariamente as riquezas.

Cabe destacar igualmente que *não apenas o consumo para o bem-viver pode se converter em consumo solidário como também certa parcela do consumo compulsório pode, da mesma maneira, converter-se em consumo solidário*. Isso ocorre, por exemplo, quando várias famílias com poucos recursos se reúnem para comprar coletivamente, pelos benefícios que essa compra traz a si e aos demais (podendo, com o seu mesmo recurso, comprar mais e melhor) e selecionam os produtos a serem adquiridos tendo em vista promover igualmente o bem-viver dos produtores e comerciantes solidários, praticando-se um preço justo – isto é, um preço ajustado entre produtores, consumidores e comerciantes com base em critérios éticos na promoção do bem-viver de todos e não com base nos parâmetros do mercado, onde a tensão entre oferta e procura se estabelece com fins de lucro e por vantagens individuais, explorando-se as fragilidades dos demais no momento do intercâmbio econômico.

2.3 Economia Solidária – Tecnologias Sociais e Políticas Públicas.

Nos últimos anos várias tecnologias sociais foram desenvolvidas no campo da economia solidária, algumas das quais foram inspiradoras de políticas públicas ou nelas incorporadas. Entre elas elenca-se:

* ***Redes de Economia Solidária:*** têm por objetivo integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e consumo bem como organizações sociais diversas, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando novas empresas, reorganizando solidariamente as cadeias produtivas.

* ***Organizações de Consumo Solidário:*** cooperativas de consumo ou grupos de compras solidárias que visam facilitar o acesso a bens de consumo com qualidade técnica, ambiental, social e ecológica, a preços melhores ao conjunto dos consumidores.

* ***Empreendimentos Solidários de Produção e Serviço:*** têm por finalidade gerar postos de trabalho com distribuição de renda, atendendo inicialmente às próprias demandas de consumo

local, utilizando preferencialmente insumos produtivos da própria região.

* **Fundos de Desenvolvimento Solidário:** recebem recursos de várias fontes, particularmente dos empreendimentos organizados em rede solidária, tendo por objetivo financiar atividades dos Bancos Comunitários e Cartões de Crédito Solidários relacionadas a microcrédito para produção e consumo.

* **Bancos Comunitários:** podem ser organizados por associações de moradores, ONGs ou outras entidades comunitárias tendo por objetivo fornecer microcrédito administrado pela própria comunidade, atendendo demandas de consumo e produção locais.

* **Cartões de Crédito Solidário:** são instrumentos implementados pelos Bancos Comunitários como forma de ativar as vendas no comércio local e induzir o consumo dos produtos gerados na própria região. Atendem a famílias pobres no bairro. Os empreendimentos conveniados devem, na medida do possível, comercializar os produtos do bairro e região.

* **Bancos do Povo:** têm como objetivo fornecer microcrédito para pequenos empreendedores e prestadores de serviços. Em geral constituem-se grupos de três ou quatro tomadores de crédito que assumem em conjunto a responsabilidade pelo pagamento. Enquanto o primeiro não paga o crédito recebido, não se fornece crédito ao segundo. E assim sucessivamente.

* **Bolsa de Negócios:** visa facilitar transações econômicas entre empresas solidárias, cruzando ofertas e demandas por insumos, produtos e serviços, remontando-se cadeias produtivas, viabilizando a produção sob demanda, evitando a evasão dos recursos gerados no interior das redes.

* **Feiras de Economia Solidária:** têm como objetivo possibilitar a comercialização dos produtos solidários e divulgação de serviços, facilitando o encontro direto entre produtores e consumidores; levar os produtos e ofertas de serviços solidários aos diversos territórios e regiões; ofertar atividades de Educação Popular e promover manifestações culturais locais.

* **Mostras de Economia Solidária:** são eventos semelhantes às feiras, mas com o objetivo principal de divulgar os produtos e serviços ao público em geral e fechar vendas para entregas posteriores; facilitar parcerias e contratos entre empreendedores de um mesmo setor ou cadeia produtiva; mapear empreendimentos, produtos e serviços; realizar atividades educativas para empreendedores e consumidores, shows artísticos e eventos culturais.

* **Selo da Economia Solidária e Sistema Participativo de Certificação:** tem por objetivo identificar os produtos e serviços da economia solidária para os consumidores em geral, assegurando as qualidades técnicas, ecológicas e solidárias dos produtos e serviços.

* **Catálogos de Produtos, Serviço e Comércio:** divulgar os produtos e serviços da economia solidária; divulgar os pontos comerciais solidários (lojas, feiras, mercados etc.); levar informação adicional de campanhas de consumo solidário.

* **Rede de Comércio Solidário:** viabilizar o escoamento da produção do conjunto dos participantes da rede e dar suporte operacional às organizações de consumo solidário.

* **Terminal Municipal de Economia Solidária:** abastecer as cooperativas de consumo e a lojas da rede de comercialização; interligar as lojas e cooperativas de consumo e produção aos entrepostos regionais de economia solidária, facilitando a circulação de produtos entre as diversas regiões.

* **Entrepósitos Regionais de Economia Solidária:** conectar os terminais municipais de comercialização em um sistema logístico de armazenamento e distribuição, facilitando a circulação dos produtos entre as diversas regiões.

* **Portal da Economia Solidária:** sistema interativo na Internet com a finalidade de divulgar produtos e serviços solidários; facilitar a reorganização das cadeias produtivas e a apropriação de tecnologias sustentáveis pelos diversos atores das redes; dar suporte à Bolsa de Negócios; oferecer serviços de Comércio Eletrônico para as redes de comercialização; divulgar a agenda da economia solidária; disponibilizar softwares solidários, materiais para qualificação técnica, ecológica e social dos empreendimentos e informações aos consumidores.

* **Sistemas de Troca com Moeda Social / Cartões Inteligentes:** visa ativar o intercâmbio local de produtos e serviços, como forma de geração de renda, valendo-se de moedas sociais criadas pelas próprias comunidades e grupos com a finalidade de dinamizar a produção, o comércio e o consumo entre os participantes.

* **Incubadoras de Empresas Solidárias:** são unidades que dispõem de instalações físicas e assessoria técnica voltadas ao nascimento e amadurecimento de pequenos empreendimentos solidários, desde a elaboração do projeto inicial até a sua consolidação, com incentivos e acompanhamento especializado em cada área.

* **Complexos Cooperativos:** integram empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, para estreita cooperação entre si.

3. Organizando Redes de Economia Solidária

Há vários modos de organizar-se redes de economia solidária. Para partir do que já existe nos territórios, considerando-se as demandas concretas de consumo das famílias e as potencialidades locais, cabe realizar um bom diagnóstico, seguido da elaboração de projetos que, preferencialmente, sejam complementares e, depois, selecionar adequadamente os instrumentos ou tecnologias sociais a serem adaptadas e empregadas para fortalecer esse arranjo produtivo local, que vai se constituindo com a organização da rede socioeconômica.

3.1 Realizar um bom diagnóstico

Esse diagnóstico deve considerar:

a) as demandas de consumo final, especialmente da população a ser integrada nas ações de economia solidária, considerando: alimentação, habitação, higiene e limpeza, serviços pessoais, etc – detalhando-se: os itens consumidos, sua quantidade e valor correspondente, se foram obtidos através de produção própria, extração da natureza, coleta de material descartado, troca, doação recebida ou aquisição mediante pagamento, seu grau ecológico e solidário bem como o local de sua origem;

b) as atividades locais produtivas (inclusive de auto-subsistência, familiares ou coletivas), particularmente as que possam atender essas demandas de consumo final, levantando: seus produtos e serviços, matérias-primas e materiais secundários utilizados na produção e resíduos gerados;

c) os recursos típicos da região utilizados na satisfação dessas demandas de consumo final e produtivo ou que poderiam ser utilizados com essa finalidade;

d) sugestões, propostas e estudos de produção local (anteriormente realizados, se houver) que atendam tais demandas e que incorporem esses recursos como insumos;

Com base nesse levantamento, realiza-se um diagnóstico de cadeias produtivas, totalizando demandas por produtos e serviços finais, insumos produtivos e geração de resíduos recicláveis⁴. Essa informações permitem projetar empreendimentos para atuar sob demanda.

3.2. Elaboração dos Projetos de Empreendimentos Econômicos

Considerando as demandas de consumo e as atividades produtivas já existentes levantadas anteriormente, elabora-se projetos que se complementem, a fim de constituir um arranjo sócioprodutivo que possibilite:

a) articular as demandas de consumo locais já mapeadas com atividades produtivas locais ou regionais de caráter solidário, visando satisfazê-las;

b) reorganizar progressivamente as cadeias produtivas dos produtos e serviços solidários já ofertados ou a serem oferecidos com a criação de novos empreendimentos;

c) estabelecer uma estratégia logística adequada, facilitando o processo de armazenamento, distribuição e comercialização.

3.3. Selecionar e Adaptar os Instrumentos e Tecnologias Sociais

A fim de potencializar as atividades projetadas com vistas a promover o desenvolvimento local e sustentável, cabe selecionar e adaptar os instrumentos e tecnologias sociais mais adequados a cada situação concreta. Entre eles podem estar:

- *linhas de crédito e programas de finanças solidárias*: visando dinamizar as atividades de produção sob demanda e articular a logística regional para facilitar o escoamento e consumo da produção;

- *associações ou cooperativas de compras, outras formas de aquisição coletiva ou formas de agrupar as demandas de consumo final, como mercados e feiras solidárias*, possibilitando conectar produtores, comerciantes e consumidores;

- *associações ou cooperativas que integrem os produtores e prestadores de serviços (por ramos ou tipos de atividade)*, possibilitando que atuem como fornecedores de cooperativas de consumo e comércio local, facilitando a comercialização da produção, redução de custos pela compra conjunta de insumos, compartilhamento da logística de distribuição, etc;

- *empreendimentos solidários*: visando atender possíveis demandas permanentes desse território que ainda não sejam atendidas por produtores da região, valendo-se dos recursos geoestratégicos levantados no diagnóstico;

⁴ Exemplos de formulários para esses diagnósticos estão publicados em: MANCE. *Fome Zero e Economia Solidária*. Curitiba, IFIL – Editora Gráfica Popular, 2004, p. 239 a 246.

- *redes solidárias integrando empreendimentos produtivos ou produtores individuais e familiares e organizações de comércio e serviço*, visando atender às demandas de consumo final e de consumo produtivo (matérias-primas e materiais secundários), compartilhamento de infra-estrutura, ampliando o intercâmbio de produtos e serviços entre si;

- *capacitação, desenvolvimento e transferência/apropriação tecnológica, apoio aos empreendimentos e produtores*, garantindo sua qualificação e aperfeiçoamento, o desenvolvimento de novos produtos, a substituição de insumos, ganho de produtividade, regulamentação da atividade e interligação em redes.

3.4 Organização Horizontal e Gestão Participativa

A forma de organização e gestão de uma rede de colaboração solidária tem de ser necessariamente democrática – quanto mais horizontal e participativa, tanto melhor. Pois quanto maior for a participação e envolvimento das pessoas, mais fortalecido estará o arranjo socioprodutivo que se constitui com a participação de todos. É preciso, pois, assegurar às pessoas o direito de manifestar suas posições, dialogar, decidir e participar solidariamente da execução dos projetos.

Dependendo do grau de envolvimento da sociedade civil e do poder público na busca de soluções sustentáveis de desenvolvimento centradas na economia solidária, é possível elaborar-se Planos de Desenvolvimento, com abrangência local ou regional, considerando-se os diversos elementos anteriormente referidos sobre os diagnósticos e instrumentos⁵.

3.5 Exemplo de Pequena Produção sob Demanda.

Numa comunidade vivem duzentas famílias pobres. Cada família compra por mês 5 quilos de massas, 5 quilos de feijão e consome 6 ovos por dia. Isoladas, no momento da compra, cada qual paga um certo preço por esses produtos. Entretanto, se estivessem organizadas para comprar juntas, comprariam mensalmente 36.000 ovos, uma tonelada de massas e uma tonelada de feijão. Comprando em volumes maiores, poderão obter descontos. O ideal é comprar diretamente dos produtores, pagando sempre um preço justo. No caso das massas, pode-se selecionar entre aquelas duzentas famílias algumas pessoas que, organizando uma pequena cooperativa, venham a produzir uma tonelada por mês, podendo igualmente produzir pães e biscoitos para atender a essas famílias.

Vejamos outro exemplo. Se um grupo de 50 famílias constituir uma associação visando *produzir sob demanda* aves, ovos e massas, poderá organizar o projeto inicial para atender o seu próprio consumo. Se cada família consumir 6 ovos por dia, duas aves por semana e cinco quilos de massa por mês, o grupo poderá dimensionar sua produção para, mensalmente, fornecer 9.000 ovos (750 dúzias), abater 400 aves e produzir 250 kg de massa. A preços de mercado, o faturamento mensal deste empreendimento coletivo soma aproximadamente R\$ 3.489,00.

Se considerarmos que a produção de 1 kg de massas caseira implica o consumo aproximado de 10 ovos, temos que a produção de 250 kg de massa demandaria aproximadamente 2.500 ovos (cerca de 208 dúzias). Isso amplia o faturamento mensal do empreendimento em R\$ 520,00, totalizando R\$ 4.009,00. O que gera o valor *per capita* aproximado de R\$ 80,00 por

⁵ Veja-se: *Fome Zero e Economia Solidária*, particularmente a seção “Projetando o Desenvolvimento Sustentável”, p. 201 a 243.

família.

O fundamental é considerar a diversidade de demandas a serem cobertas com base no diagnóstico de consumo realizado inicialmente, produzindo tudo o que possa ser atendido com a atividade local e remontar as cadeias produtivas, isto é, dar preferência a insumos e produtos finais que sejam produzidos por outros empreendimentos da mesma rede local ou de outras redes regionais. Parte do faturamento dos empreendimentos deve ser poupado para reinvestimentos coletivos, com a mesma lógica de produção sob demanda, diversificando a oferta de produtos finais, serviços e matérias-primas.

4. Utilizando a Internet na Organização de Redes de Economia Solidária.

Os elementos básicos de uma rede econômica solidária são: a) empreendimentos e organizações de consumo, comércio, produção, serviço e finanças; b) as conexões entre eles; c) os fluxos que circulam através da rede, que podem ser fluxos materiais (produtos, insumos, resíduos recicláveis etc), de informação e de valor.

Assim, para organizar-se uma rede de economia solidária não é necessária a utilização da Internet, bastando que haja fluxos econômicos (por exemplo, intercâmbios de valores ou compras e vendas de produtos e serviços) entre empreendimentos, consumidores e organizações que estejam conectados entre si de maneira solidária e democrática, praticando um preço justo e compartilhando os excedentes para a expansão da própria rede. Mas a utilização da Internet pode facilitar bastante a organização e funcionamento das redes solidárias, como veremos nessa seção. Destacaremos aqui as listas de mensagens ou fóruns eletrônicos e as várias funções que pode oferecer um sítio-web para facilitar essas interligações e fluxos entre os integrantes da rede – particularmente no que se refere aos fluxos de comunicação, comercialização de produtos e serviços, intercâmbio tecnológico, capacitação e articulação de redes locais, nacionais e internacionais.

4.1. Lista de Mensagens ou Forum Eletrônico

Sem o fluxo de informação, sem o intercâmbio comunicativo, uma rede não pode existir, pois sem informação adequada é impossível qualquer ação coordenada de consumo solidário, de produção sob demanda ou de organização da própria rede.

Assim, é necessário organizar-se um sistema de comunicação ágil, simples e eficiente – como por exemplo, uma lista de mensagens eletrônicas ou um fórum eletrônico. Há vários sistemas gratuitos na Internet para a organização dessas listas e fóruns.

Uma lista de mensagens permite manter informada uma comunidade com membros que estejam em lugares diversos, mesmo em países diferentes, com um número ilimitado de possíveis participantes. A comunicação pode ser restrita aos membros do grupo ou pública, aberta a qualquer pessoa. Cada mensagem enviada ao endereço da lista é distribuída para todos os seus membros. Desse modo todos ficam informados cotidianamente sobre tudo o que seja comunicado por qualquer participante da rede. É importante que as mensagens enviadas sejam focadas nos assuntos pertinentes à rede, para que não se multipliquem mensagens que saturem a comunicação.

No caso dos fóruns eletrônicos, tem-se uma página-web que possibilita o envio de mensagens ao fórum e a leitura das mensagens já enviadas. Além disso, pode-se compartilhar arquivos, documentos, fotografias, músicas e pequenos vídeos, fazer-se reuniões em tempo real,

enquetes em que os membros do fórum podem votar com os resultados sendo atualizados automaticamente, anotar-se atividades em uma agenda comum, etc.

As listas de mensagens e os fóruns eletrônicos estão entre as ferramentas mais utilizadas atualmente para a coordenação de ação locais, nacionais e internacionais de organizações diversas, com vistas à realização conjunta de eventos ou colaboração em processos comuns de caráter permanente. Há redes que possuem diversas listas de mensagens para diversas finalidades, facilitando assim a comunicação por objetivos específicos ou por territórios aos quais a comunicação se destina.

4.2 Sítio-Web

Um sítio-web possibilita organizar a interação dos vários membros da rede e do público em geral a partir de eixos específicos, potencializando a utilização dos fóruns e listas de mensagens. Algumas de suas funções a serviço da economia solidária podem ser:

- *Localização de Produtos & Serviços*: sistema de busca que permite ao consumidor relacionar produtos e serviços oferecidos, por municípios, bairros e outras chaves de consulta, obtendo-se a localização dos empreendimentos e formas de contato com fornecedores – como atualmente é feito no sistema *Solidarius* (www.redesolidaria.com.br/solidarius). A inclusão de novos produtos, serviços e empreendimentos pode ser feita através de formulários em páginas ativas na *Web* ou pelo envio arquivos de dados com empreendimentos cadastrados. A validação dos dados recebidos pode ser feita através de listas de mensagens ou fóruns eletrônicos, tendo por referência o conhecimento da realidade local visitada por algum membro da rede que atesta o caráter solidário do empreendimento a ser incluído no cadastro público.
- *Diagnóstico de Cadeias Produtivas – Bolsa de Negócios*: sistema que relaciona os empreendimentos que *vendem* determinados produtos e serviços ou que *geram* determinados resíduos, mas também os empreendimentos que os *consomem*, seja como insumos ou como materiais secundários. Restringindo-se os resultados da pesquisa por estados, municípios ou bairros, torna-se possível aos empreendedores de uma mesma região organizarem-se para a aquisição conjunta de um mesmo insumo ou para comprá-lo de um outro empreendimento da rede local ou regional. Trata-se de empreendimentos comprando de empreendimentos e realizando negócios solidários, vantajosos entre si e para as redes. Igualmente é possível mapear a geração de resíduos e integrar a sua reciclagem em sistemas solidários.
- *Comércio Eletrônico*: sistema que permite aos empreendimentos solidários comercializar seus produtos valendo-se da Internet. Essa prática, por exemplo, é utilizada por agricultores familiares e indígenas mexicanos e norte-americanos integrados na organização binacional *Coalición Rural* (www.supermarketcoop.com) e por organizações de economia solidária no Brasil (www.redesolidaria.com.br/vendas).
- *Catálogo de Lojas Solidárias* : permitindo localizar e visualizar lojas conectadas em redes solidárias nas diversas localidades do país e em diversos países, facilitando a comercialização dos seus produtos.
- *Agendas e Gestão Compartilhada*: permitindo acompanhar a agenda das várias atividades de economia solidária nos estados e municípios (feiras, cursos, editais de licitação etc.) e particularmente a agenda da rede e suas deliberações. O sistema, a exemplo do que já ocorre em fóruns eletrônicos disponibilizados gratuitamente na Internet, possibilita organizar-se enquetes nas quais os associados à rede local, democrática e

descentralizadamente, deliberam sobre temas relevantes ao conjunto das redes.

- *Salas de Diálogo e Conferências*: permitindo aos usuários de quaisquer localidades entrar em salas de *chat*, onde podem trocar informações, coordenar ações, entabular negócios, participar de cursos à distância etc.
- *Malas Diretas e Fóruns Eletrônicos*: disponibilizando listas de diálogos por correio eletrônico e malas diretas virtuais para as diversas organizações que integrem as redes locais, facilitando a interlocução entre os integrantes das redes sócio-produtivas.
- *Difusão de Softwares Livres e Solidários*: disponibilizando, para reprodução gratuita, *softwares* adequados a empreendimentos econômicos e outros, de livre distribuição – para diversos usos –, catalogados e armazenados nos servidores de universidades e de organizações não governamentais, difundindo-se especialmente o sistema operacional GNU/Linux e os aplicativos livres por ele suportados.
- *Mapeamento da Economia Solidária*: catalogando-se empreendimentos, ONGs, entidades de apoio e fomento nos diversos estados e municípios, fornecendo uma relação dessas organizações neles situados, indicando-se área de atuação, localização, endereço, telefones, contatos etc.
- *Mapeamento de Oportunidades Internacionais*: disponibilizando relações de organizações de economia solidária de outros países, como agências de fomento ou as centrais importadoras na Europa, América do Norte e Ásia que atuam no comércio justo internacional, por exemplo, com as quais os empreendimentos locais podem estabelecer parcerias e fechar negócios.
- *Material Pedagógico*: disponibilizando textos adequados a atividades de educação popular versando sobre economia solidária e temas afins, com linguagem e conteúdos adequados a diversas realidades.
- *Biblioteca*: disponibilizando estudos e elaborações sobre economia solidária em diversos níveis (materiais de divulgação, textos de problematização, debate e aprofundamento) e materiais de apoio a elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária.
- *Pesquisas*: disponibilizando tanto *links* para diversos portais, páginas e organizações – facilitando o ordenamento, a localização e o intercâmbio de pesquisas sobre as diversas práticas de economia solidária, desenvolvimento sustentável, participação popular etc. – quanto perfis de empreendimentos produtivos de diversos portes, setores e ramos, adaptáveis a diversas realidades locais, com diferenciado montante de investimento inicial, diversa capacidade produtiva, distinta absorção de determinados insumos ou mão-de-obra específica e outros detalhamentos de composição de custo, preço, pontos de equilíbrio etc.
- *Inovação e Transferência Tecnológica*: mediando a difusão e apropriação de diversas tecnologias que sejam adequadas ao desenvolvimento sustentável das diversas localidades, melhor aproveitando-se seus recursos geoestratégicos, fortalecendo-se cadeias produtivas regionais sob a lógica da economia solidária.

Os softwares livres são a melhor solução para incorporar e desenvolver Tecnologia da Informação visando o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária. Esses programas, criados ou aprimorados em redes colaborativas, podem ser utilizados e multiplicados gratuitamente, podendo igualmente ser modificados para melhor se adequar às necessidades de cada empreendimento ou rede.

Quase todas as necessidades operacionais de uma rede de economia solidária podem ser

supridas atualmente com softwares livres e novos programas estão sendo desenvolvidos para facilitar ainda mais a organização de redes solidárias.

Conclusões

Vimos nesse texto que a economia solidária evoluiu rapidamente nas últimas décadas, constituindo-se em uma alternativa consistente para superar as situações de empobrecimento e exclusão social, razão pela qual passa a inspirar a elaboração de políticas públicas em alguns países e a mobilizar segmentos cada vez maiores da sociedade civil internacional em uma mudança de conduta no campo econômico - desafiados a modificar os seus comportamentos de consumo e a colaborar para o fortalecimento e expansão das diversas práticas de economia solidária.

Dois são os desafios principais da economia solidária para a sua expansão: a) consolidar no campo econômico uma cultura de solidariedade, afirmando que a economia deve se subordinar a princípios éticos e que o bem-viver de cada ser humano e o equilíbrio dos ecossistemas estão acima dos interesses do mercado e do lucro; b) potencializar em redes colaborativas os fluxos solidários de consumo, comercialização, produção, financiamento e apropriação tecnológica, qualificando do ponto de vista técnico, social e gerencial os processos econômicos solidários e diversificando a oferta de produtos e serviços, facilitando o seu acesso aos consumidores.

A organização de redes de colaboração solidária tem se mostrado uma estratégia adequada para promover o crescimento orgânico da economia solidária e para expandir sustentavelmente os volumes movimentados em seu interior, justamente por potencializar essas conexões e fluxos.

Praticar a economia solidária é participar de uma profunda transformação social, em que a realização da dignidade humana, o avivamento da sensibilidade ética, a promoção da cooperação entre as pessoas e os povos, são marcas de uma nova conduta pessoal e coletiva. A atenção e o cuidado com as pessoas e com os ecossistemas se manifesta nos gestos cotidianos, permeando o conjunto de nossas relações, uma vez que qualquer relação social supõe necessariamente condições materiais – fruto da atividade econômica e dos ciclos ecológicos. A vida humana depende dessas condições e justamente por isso, elas devem ser tratadas igualmente sob o prisma ético. Como proclamar a paz e comprar produtos de empresas que alimentam as guerras? Como proclamar a distribuição de renda e com nossas escolhas de consumo contribuir para a sua concentração, sob o controle de empresas gigantescas que renegam o cuidado com as pessoas e com os ecossistemas? Como adornar a casa com as belas flores cultivadas em regime de exploração do trabalho e com a utilização de agrotóxicos que agridem o planeta?

A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos. Participar da sua construção é uma dádiva e um compromisso. É simultaneamente uma transformação pessoal e coletiva. Transformações que se operam na colaboração solidária que vai dando origem a melhores condições de vida a milhões de pessoas em diversas partes do mundo que, com suas soluções coletivas, promovem a justiça e a paz, o respeito à dignidade de cada pessoa e a proteção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

Referências Bibliográficas

- CATTANI, Antonio Davi (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003
- MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*. Petrópolis, Vozes, 1999
- _____.(org.). *Como Organizar Redes Solidárias*. Rio de Janeiro, IFiL, Fase, DP&A, 2003
- _____. *Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação*. Petrópolis, Vozes, 2002
- _____. *Fome Zero e Economia Solidária – O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil*. Curitiba, IFiL – Editora Gráfica Popular, 2004
- ARRUDA, Marcos. “Socioeconomia Solidária”. In: CATTANI, Antonio David.(org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003, p. 232-241
- MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. *Plies - Plano Local de Investimento Estratégico*. Fortaleza, Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2003.
- RBSES. *Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*. Rio de Janeiro, PACS, 2000
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002

Sobre o Autor

Euclides André Mance é filósofo, especialista em Antropologia Filosófica e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Foi professor de *Lógica e Filosofia da Ciência* nessa mesma Universidade e membro do *Núcleo de Estudos Latino-Americanos* dessa Instituição. Lecionou *Filosofia da Linguagem e Filosofia Latino-Americana* em instituições de ensino superior no sul do Brasil. Sócio-fundador do *Instituto de Filosofia da Libertação-IFiL*, presidiu essa entidade no período de 1995 a 1998, sendo atualmente membro de sua coordenação. É responsável pelo portal www.redesolidaria.com.br, criado pelo autor em 1999, que opera como interface virtual de articulação, apoio e difusão de práticas de *Redes de Colaboração Solidária*. É colaborador da *Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*, tendo participado de sua fundação, no ano de 2000. Colabora igualmente na assessoria da Central de Movimentos Populares do Paraná. É membro do Observatório Eurolatino-Americano do Desenvolvimento Democrático e Social - Euralat. No período de 2003 a 2005 trabalhou como consultor junto ao Governo Brasileiro, colaborando com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome que foi posteriormente integrado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em projetos da Unesco e da FAO, relacionados a segurança alimentar, desenvolvimento local e economia solidária.

É fundador e moderador de diversos Foruns Eletrônicos, entre os quais: Rede Solidária (br.groups.yahoo.com/group/redesolidaria) e Rede Global de Socioeconomia Solidária (br.groups.yahoo.com/group/rgses). Projetou e desenvolveu o software *RedeSol*, que realiza diagnósticos de viabilidade econômica de empreendimentos solidários e que apresenta soluções de remontagem de cadeias produtivas em estratégias de redes de economia solidária. Atualmente este programa está sendo desenvolvido com o nome de *Solidarius*.

Artigos e conferências do autor estão disponíveis em www.euclidesmance.pro.br. Entre seus títulos publicados elenca-se os livros: *A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual* (2000); *Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação* (2002); *Como Organizar Redes Solidárias* (2003) – em que atuou como organizador; *Fome Zero e Economia Solidária – O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil* (2004). Traduções e sínteses de alguns de seus trabalhos foram publicados em idiomas diversos.